



Valdei Lopes de Araujo

A instrumentalização da linguagem

Mais conspícuo representante do que se poderia chamar “liberalismo republicano mineiro”, Teófilo Benedito Ottoni dá testemunho, em seus escritos, de um discurso que contém elementos reveladores para o estudo da linguagem política liberal no Oitocentos.

> O nome de Teófilo Ottoni tornou-se sinônimo de república em Minas Gerais. No entanto, pouco sabemos sobre o real significado da atuação do liberal mineiro na formação, senão de um ideário republicano, ao menos de uma variedade de linguagem política que certamente encontrou nele um dos seus principais articuladores. Um dos objetivos deste texto é dar maior concretude a essa relação, procurando caracterizar melhor a variedade de linguagem política na qual possamos contextualizar de modo mais preciso e seguro o significado do vocabulário republicano para Teófilo Ottoni e seus leitores.

Os pesquisadores do pensamento político da primeira metade do século XIX no Brasil são unânimes em apontar para o ecletismo e flexibilidade das idéias. Uma antiga história intelectual – preocupada em identificar idéias e influências e em enquadrar os autores e movimentos políticos em classificações da história do pensamento – sempre denunciou essa flexibilidade como falta de enraizamento ou superficialidade de entendimento das idéias importadas, quando não de um puro e simples pragmatismo político. Não é o caso de duvidarmos desses juízos, mas talvez possamos colocar aos textos “clássicos” de nossa tradição política novas perguntas. Neste ponto, parece-nos particularmente útil o deslocamento do objeto de estudo das idéias para as linguagens em sua dimensão performativa.¹ O que para a história do pensamento político pode parecer contraditório e incoerente forma, muitas vezes, a parte mais relevante da história dos discursos.

Portanto, gostaríamos de saber o que Ottoni estava fazendo ao publicar seus textos,² de que modo eles poderiam ser entendidos por seus contemporâneos naqueles momentos específicos de recepção, que tipo de linguagens políticas foram articuladas e de que modo esses textos contribuíram para a transformação dessas linguagens. Tentaremos demonstrar que a

Circular aos eleitores mineiros, publicada 1860, e *A estátua eqüestre de D. Pedro I*, de 1862, são eventos privilegiados na formação e reconfiguração de uma variedade da linguagem política liberal, variedade essa particularmente relevante para o entendimento do vocabulário republicano em Minas Gerais e no Brasil.

A centralidade do liberalismo

Devemos levar a sério a afirmação feita por Teófilo Ottoni, nas páginas de abertura da *Circular*, de que as idéias fundamentais para alguém são aquelas fixadas na mais tenra idade. Essa afirmação serve como justificativa para que sua autobiografia política inicie com os anos da Independência, em uma espécie de relato altamente idealizado do ambiente patriótico em sua casa paterna. Nascido sob o clima e a expectativa da liberdade, esse desejo marcaria, segundo ele, toda a sua vida política: “Eu contava apenas com 13 anos de idade quando em 1821 ecoou pelo Brasil o grito da liberdade”.³

Após esse momento quase mítico, no qual o nascimento pessoal e nacional coincidem, outra conjuntura será evocada pelo próprio Ottoni como fundamental na determinação de seu caráter político: o final dos anos de 1820, a luta contra o despotismo de Pedro I e os anos iniciais do período regencial. Uma análise do vocabulário político empregado por Ottoni ao longo de toda a sua trajetória mostrará que são nesses anos da Regência que seus temas centrais se cristalizam. Nem a Revolução de 1842, nem a experiência como empresário no Vale Mucuri parecem ter acrescentado matizes significativas a esse vocabulário. Em 1860, quando retomar a atividade política de forma mais intensa, será ainda à experiência da luta contra Pedro I em 1831 que Ottoni recorrerá, talvez com a diferença de poder dar a ela a dimensão de uma tradição política coerente. É nesse momento que Ottoni parece assumir o grau mais elevado de

consciência dos valores políticos que ele passava a representar, um herdeiro das lutas de 1831, entusiasta dos avanços obtidos nos primeiros anos do período regencial.

Tanto na *Circular* quanto n’*A estátua* Ottoni não se afastará da identidade produzida em torno da palavra “liberal”. A adoção do termo de modo homogêneo não significava o desconhecimento das diferenças entre aqueles que se diziam liberais. Para Ottoni, ser verdadeiramente liberal significava ser herdeiro de um conjunto de valores muito claramente identificáveis na história política brasileira. A esse conjunto de valores, ou temas discursivos, tal como aparece de forma exemplar em Ottoni, propomos chamar *liberalismo republicano mineiro*. Ou seja, acreditamos que Ottoni tinha um grau razoável de consciência de que estava articulando argumentos de uma tradição política que ele sabia distinta de outras existentes e disponíveis no contexto do início da década de 1860.⁴ Além disso, acreditamos que em seus textos ele procurou sistematizar essa tradição como projeto e propaganda política.

Por que propomos chamar essa tradição de “liberalismo republicano mineiro”? Acreditamos que essas três palavras descrevem de modo bastante preciso as características centrais da linguagem política articulada por Ottoni. Acreditamos ainda que a expressão faz jus à forma com que ele concebia sua identidade política por volta de 1860. O vocábulo de identificação política mais freqüente em seus textos e pelo qual Ottoni sentia-se confortavelmente representado era “liberal”. Não só por seu papel na história da formação do Partido Liberal, mas também pela oposição clara aos valores que identificava como próprios do conservadorismo político, ou seja, o Regresso. Liberal é o termo central para essa tradição de linguagem, expressão que certamente tinha a condição de resumir e integrar as transformações no campo de experiência e no horizonte de expectativa de políticos que, como o

próprio Teófilo Ottoni, iniciaram sua vida pública nos conturbados anos do período regencial.

Republicanizar a monarquia

O termo seguinte talvez seja mais controverso. O que significa e qual a centralidade de “republicano” nessa designação? Aqui precisaremos recorrer a um evento central na genealogia dessa linguagem política, o artigo publicado no *Sentinela do Serro* em 1831 e transcrito por Ottoni na *Circular* de 1860:

Somos de opinião que se deve lentamente republicanizar a Constituição do Brasil, cerceando as fatais atribuições do poder moderador, organizando em assembleias provinciais os Conselhos Gerais de Província, abolindo a vitaliciedade do Senado, e isto desde já. Mas se, contra a nossa humilde opinião, a Câmara dos Deputados se conservar estacionária, nem por isso apelaremos para golpes da Nação; mas, pelo contrário, continuaremos a reprovar altamente todos os meios violentos, que podem levar-nos à anarquia e depois ao despotismo militar, que oprime a quase todas as chamadas repúblicas da América ex-espanhola. Ainda assim, pois, recomendaremos obediência aos decretos legais da Assembléia geral; esperaremos pela próxima legislatura, e, fazendo ver aos nossos patrícios a necessidade de atenuar legalmente o demasiado vigor que a Constituição dá ao sempre funesto elemento monárquico, apontaremos pelo nome os deputados amigos das reformas constitucionais, para serem reeleitos, e os deputados estacionários ou retrógrados, não para os insultar, mas para que o povo os exclua da representação nacional.⁵

O vocábulo “republicano” define um projeto político no qual a mudança de regime não aparece como o elemento central ou essencial. Ao usar a forma “republicanizar” – talvez esteja entre os primeiros a fazê-lo –, Ottoni evidenciava que o conceito de república aparecia como horizonte normativo no interior de uma filosofia da história do Brasil que estabilizava a idéia de uma evolução gradual e necessária para melhor, mas que não comportava ou exigia saltos revolucionários, a não ser em situações-limite – para garantir o curso naturalmente progressivo da história. Como conceito de movimento, “república” em Ottoni tinha a dimensão do futuro reforçada, servindo para legitimar a própria ação política partidária.⁶

Essa visão gradualista aparece emoldurada por elementos de uma linguagem política que ainda estava em vários sentidos limitados por valores clássicos. No trecho citado, Ottoni, assim como muitos outros de sua geração, temia ainda um tipo de sucessão aristotélica das formas de governo, o risco de um excesso democrático levar à anarquia e essa, por sua vez, a um novo despotismo.⁷ Essa permanência cíclica aliada a uma avaliação negativa do grau de civilidade da sociedade brasileira reforçavam a via gradualista da republicanização que não rompia, no médio prazo, com o horizonte monárquico. A grande ameaça passa então a ser identificada nos retrógrados e estacionários, interessados em se fortalecerem pelo reforço do papel do monarca no sistema político.

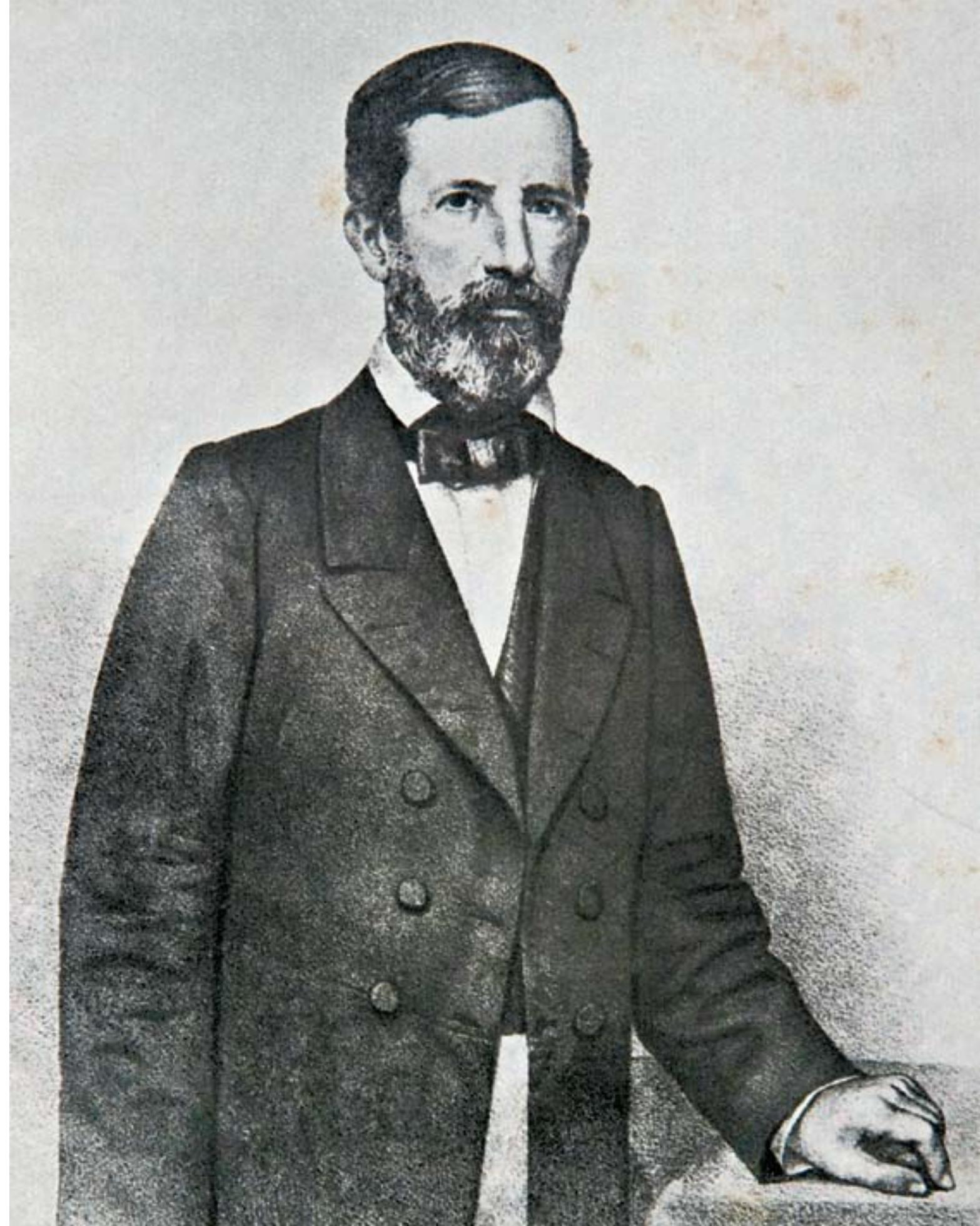
No trecho que antecede a passagem citada, Ottoni encaminhava a justificação de sua chamada à conciliação entre os “monarquistas liberais” e os que, como ele, se consideravam “democratas pacíficos”:

Trezentos anos de escravidão não podem bem preparar um povo para entrar no gozo da mais perfeita liberdade. Um povo educado sob o despotismo, sem idéias algumas sobre a

organização do corpo social, de mais imbuído pelos seus tiranos em princípios errôneos, fatores do despotismo, precisa de ótimos guias para senão desvairar e perder nas ignoradas veredas que devem conduzi-lo ao templo da divina liberdade. Maus guias podem levá-lo aos horrores da anarquia, ou entregá-lo de novo às garras do poder absoluto. *Estes os dois medonhos cachopos que ameaçaram a nau do Estado* desde os primeiros ensaios que fizemos para a nossa regeneração política. Ora a anarquia, ora o despotismo parecia tragar-nos, apesar da nobre resistência de alguns espíritos generosos; mas em 1824 definitivamente supôs-se não haver mais antídoto contra o despotismo. Esta terrível suposição e a fadiga produzida por uma luta infrutuosa germinaram a *apática indiferença política*, que como epidemicamente grassou em todo o Brasil nos anos de 1825 e 1826, e mesmo em 1827.⁸

Aqui vemos novamente temas clássicos e modernos convergirem de modo complementar. A boa república, sinônimo de bom governo, é o resultado de uma batalha constante para manter o equilíbrio entre as forças opostas da anarquia e do despotismo. Um excesso de liberdade na hora errada levaria exatamente ao seu contrário, o reforço também excessivo da autoridade. O tema da educação aparece igualmente sob certo hibridismo: embora indique um tipo de formação romântica e amadurecimento histórico, por outro lado está ainda envolto em tons da virtude clássica, o que explicaria a presença constante do tema da “apatia” e do “torpor” como causas da ascensão do despotismo. Assim, em um momento central dessa linguagem podemos identificar um de seus traços mais marcantes: *a presença de uma filosofia da história incapaz de romper de modo sistemático com os temas clássicos*, inclusive suas interpretações cíclicas. Esse componente clássico, que certamente tem inúmeras

Tefilo Benedito Ottoni (Vila do Príncipe, MG, 1807 – Rio de Janeiro, RJ, 1869). In: LIMA, Mário de (Org.). *Collectanea de Auctores Mineiros: prosadores*. Introdução Geral de Rodolpho Jacob. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. v. 1: História e Oratória.



origens e explicações, permeia o tipo de democracia projetada e delimita a imaginação política, dando textura “romana” a vocábulos como “povo”, “cidadão”, “plebe” e “república”. Uma de suas conseqüências mais dramáticas é o fato de que, embora Ottoni fosse claramente contrário à escravidão, não a via como um impedimento fundamental ao avanço civilizacional na fase em que imaginava estar a nação brasileira.

No texto da *Circular* o discurso de 1831 serve como parâmetro a partir do qual Ottoni julga a sua própria trajetória política. O seu republicanismo passa a ser então o zelo pelo funcionamento adequado de uma monarquia parlamentar – por isso o inimigo central do discurso migra para a idéia de um “poder pessoal” usado de maneira ilegítima pelo imperador, bem como da existência de uma “facção áulica”. Nos moldes clássicos nos quais ainda tramava os grandes fios de sua retórica política, não era difícil para Ottoni compreender o que estava em jogo, a defesa da república contra os avanços do despotismo imperial, não tanto ou apenas pela vontade do próprio monarca, mas pelas brechas que o sistema monárquico abria para a atuação de áulicos e validos, a versão atualizada do tema da influência dos libertos sob os imperadores romanos. O tema do despotismo, com o qual Pedro I foi constantemente combatido, evoluía ao longo da Regência e no Segundo Reinado para o argumento de um ilegítimo “poder pessoal” do imperador que comprometia o funcionamento regular do sistema constitucional.

Em 1860 Ottoni ainda conseguiria atualizar o tema da luta contra o despotismo, que no processo de Independência surgia como conseqüência lógica da reavaliação da presença portuguesa no Brasil como “trezentos anos de escravidão”. A conseqüência era clara, a Independência ainda estava por ser feita, não era o processo encerrado que os conservadores procuravam descrever com o gesto generoso de João VI

e o heroísmo de Pedro I. Republicanizar a monarquia significava completar o processo de Independência, recolocá-lo em sua verdadeira genealogia – esse era o programa do verdadeiro liberalismo para Ottoni. Por isso não era possível abdicar do tema da luta contra o despotismo, metamorfoseado agora em “poder pessoal”. Por isso também a importância da luta para extirpar as permanências do passado: a irresponsabilidade dos ministros, as práticas orientalizantes da Corte como o beija-mão e a vitaliciedade do Senado.

Minas e a estátua de Pedro I

O terceiro elemento dessa tentativa de descrição da variedade de linguagem política articulada por Teófilo Ottoni é talvez o mais difícil e, ao mesmo tempo, o mais historicamente rico em conseqüências. O liberalismo republicano de Teófilo Ottoni é definido como “mineiro” não apenas pelo dado óbvio de nele convergir um conjunto bastante variado de elementos da experiência política produzida em Minas Gerais desde o século XVIII, ou, mais óbvio ainda, pelas origens e raízes mineiras do nosso protagonista. Essa variedade de linguagem pode ser definida como “mineira” pelo modo sistemático pelo qual ela instrumentalizou um suposto legado político mineiro.

Em nenhum outro texto essa ligação fica tão clara quanto no artigo/manifesto de 1862 intitulado *A estátua equestre de Pedro I*. Embora a idéia de um monumento à civilização que devesse ocupar o lugar de um dos antigos pelourinhos do Rio de Janeiro fosse bem antiga, foi só em 1862 que se conseguiu reunir as condições políticas e os recursos para a materialização desse monumento em uma obra comemorativa da Independência. Das várias idéias que circularam, a vencedora propunha uma reabilitação definitiva de Pedro I como o grande

Estátua equestre de D. Pedro I no Rio de Janeiro. Gravura (desenho) de Carvalho, impressão litográfica de Castro Silva, Rua do Parto, nº 99. 30 x 22,5 cm. Rio de Janeiro, s/ data. Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.



Leit. de Castro Silva Rua do Parto Nº 99

ESTATUA EQUESTRE DE D. PEDRO I?

Nº

RIO DE JANEIRO.

nome da Independência. A figura do monarca bélico e despótico que a geração de 1831 havia produzido seria substituída pela do herói romântico – aquele capaz de realizar os desígnios da história, mesmo que tenha de ser devorado por ela.⁹

Como um dos entusiastas de 1831, Ottoni não assistiria calado a essa tentativa de reabilitação. Na estátua que seria erguida, Pedro I aparece montado a cavalo, erguendo com uma das mãos a Constituição de 1824. Abaixo do Imperador, servindo como pedestal, elementos da natureza como os rios, a fauna e a flora, os povos indígenas e as províncias do Império formam uma espécie de síntese orgânica do Brasil.

Publicado na véspera da inauguração da estátua em 25 de março de 1862, o panfleto vinha sob o pretexto de justificativa perante as diversas câmaras municipais e assembleias provinciais que o haviam nomeado para representá-las na cerimônia de inauguração.¹⁰ Recusando-se a participar do evento, Ottoni dizia-se no dever de declinar os motivos, pois, segundo ele, a estátua não era uma simples homenagem, mas a resposta conservadora a um conjunto de questões: a quem deve o Brasil a Independência e a Constituição? O que foi o 7 de abril de 1831? As respostas sugeridas pela estátua eram da seguinte forma resumidas por Ottoni:

1º. Que a independência de 1822 foi uma doação do monarca, cujos augustos descendentes imperam sobre os dois reinos em que se dividiu a família portuguesa.

2º. Que a Constituição foi, senão uma outorga do direito divino, ao menos espontânea concessão da filosofia do príncipe, e documento de sua adesão às idéias liberais.

3º. Que o Sete de Abril de 1831 foi um crime de rebelião, de que o Brasil contrito deve pedir

anistia anulando, por injusta, a sentença que lavrou aquele dia contra o primeiro reinado.¹¹

Em um contexto de confronto político, liberais e conservadores debateram exaustivamente pela imprensa o papel de Pedro I na história do Brasil, sempre tendo como ponto central a celebração ou condenação do golpe que em 1831 levou à Abdicação e à Regência. Um dos pontos que singularizaram a posição de Ottoni frente aos demais liberais foi a *recuperação da figura de Tiradentes e dos inconfidentes*. O argumento central dos articulistas liberais tendia a valorizar a figura de José Bonifácio em detrimento de Pedro I e em resgatar a importância do 7 de abril como uma vitória dos cidadãos contra o despotismo. Assim como já explorado pelo Cônego Marinho em seu livro sobre a Revolução de 1842, também para Ottoni o processo de Independência havia iniciado na Inconfidência Mineira. A própria imprensa conservadora reconhecia a “originalidade” de Ottoni ao recuperar o “infeliz Tiradentes”,¹² uma figura que a historiografia, ao menos desde Southey, tendia a menosprezar.

O debate em torno da estátua parecia reanimar e reavivar certas diferenças básicas entre os grupos políticos. Em outro artigo, este do dia 30 de março, o autor afirmava que em 1831 os republicanos aproveitaram-se do sentimento antilusitano para minar a popularidade de Pedro I e que a Abdicação foi um gesto generoso do monarca, que queria evitar a guerra civil. Como afirmava esse articulista:

No dia sete de abril não houve revolução propriamente tal. Não a houve na ordem material; não a houve na ordem moral. Não houve luta, os partidos não vieram às mãos; não houve vencidos nem vencedores no campo de batalha. Princípio nenhum de novo conquistou ou perdeu o poder e a liberdade; as instituições de véspera permaneceram as mesmas; no dia

seguinte a abdicação estava nos limites das faculdades do poder real; a coroa foi devolvida na ordem de sucessão conforme o direito constitucional do país; que não sofreu a menor alteração.¹³

Quanto à figura de Tiradentes, o articulista conservador repetia a avaliação de uma historiografia comprometida com a preservação da memória da dinastia bragantina:

O fato de morrer um homem dando o grito de liberdade não o constitui um herói, porque a liberdade quando é estabelecida sem as condições materiais e intelectuais do país, é um mal, e aquele que se serve dela para revolver o país, ou é um louco, ou um ambicioso, que procura queimar o seu berço natal para assar o ovo de sua ambição.¹⁴

Já na visão de Ottoni, o Brasil teria sido a primeira colônia onde repercutiu a independência dos Estados Unidos, cabendo a Minas Gerais a vanguarda da luta pela liberdade e independência. Analisando os *Autos da devassa*, Ottoni conclui que o tribunal de exceção montado para punir os rebelados determinou a quem deveria caber o papel de herói de nossa Independência, pois destinava:

[...] na lista dos proscritos, uma punição mais rigorosa, [ao] cabeça do crime de independência, que inconfidência se chamava.

Esse chefe procurado com tamanho empenho, decidiu a alçada que era: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Eis as palavras que fechavam a sentença de Tiradentes. Era condenado como: ‘Sendo por esta descomedida ousadia reputado por um herói entre os conjurados [...]’.

Foi assim que ficou juridicamente averiguado pelos magistrados portugueses quem era o patriarca da independência do Brasil. Em seguida foi a idéia generosa santificada pelo sacrifício do mártir.¹⁵

Para a historiografia monárquica,¹⁶ a Independência era fruto de uma evolução quase natural nas relações entre metrópole e colônia, cujo marco fundador era o ano de 1808, encerrando-se em 1822 ou em 1825 com o reconhecimento da Independência brasileira por parte de Portugal. Para Ottoni, a Independência era o resultado da luta eterna entre despotismo e liberdade, luta que no Brasil começou em 1789, mas que continuou a ser travada em 1817 em Pernambuco, em 1822, sob a liderança de homens como Ledo e Bonifácio, em 1831, com a Abdicação, e em 1842 na revolução de Minas e São Paulo. Em 1862, quando escrevia seu panfleto e se denunciava na imprensa liberal uma tentativa de golpe conservador para cercear a liberdade de imprensa, Ottoni via mais um capítulo dessa luta constante: “[...] o martírio de Tiradentes não tinha sido inútil à causa porque ele havia se sacrificado. A árvore da liberdade regada com o sangue precioso do mártir frutificou”.¹⁷

Sutilezas da escrita histórica

A fundação da Independência no episódio da Inconfidência será cuidadosamente cultivada no interior dessa linguagem política, e naturalmente combatida pela historiografia monarquista, em grande medida encastelada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Cristiano Ottoni, irmão de Teófilo, deixaria registrado em nota mais um documento dessa luta. Ao comentar a leitura do corpo de delito da morte de Cláudio Manuel da Costa, feita por Joaquim Norberto no IHGB em 1889, e que sugeria que o poeta teria realmente cometido suicídio, Cristiano

Otoni denunciava que, sendo o imperador fundador e presidente honorário do IHGB, assistindo regularmente às sessões, “[...] perante S. M. I. os historiadores cortesãos não podiam reconhecer que, sob os auspícios da Augusta Bisavó, foi o ilustre inconfidente assassinado na prisão. *Assim se escreve a história*”¹⁸, concluía laconicamente o velho engenheiro.

A sensação de que o presente, limitado por uma conjuntura política que só o futuro poderia reverter positivamente, conferia uma centralidade à escrita da história contemporânea, a mesma centralidade que a historiografia do IHGB queria negar em nome da imparcialidade e do decoro com as coisas públicas. Otoni foi o representante da geração de 1831 mais comprometido com a escrita da história contemporânea como gesto político: “[...] perante a história ninguém é irresponsável, inviolável e sagrado”.¹⁹

Pelos jornais os conservadores já combatiam as posições de Otoni desde a publicação de uma circular em que o político mineiro pedia assinaturas para o jornal *O Diário do Rio de Janeiro*. A vitória liberal de 1861, liderada por Otoni e seu discurso de recuperação dos ideais do partido, fazia reviver os velhos temas e argumentos também das linguagens conservadoras, sempre tendo 1831 e a experiência regencial como um dos pontos centrais da disputa. O republicanismo democrático de Otoni era um dos alvos prediletos desses articulistas:

O Sr. Otoni já naufragou duas vezes à frente de duas grandes especulações, em 1842 e em 1861; em Santa Luzia e no Mucuri. É caipora, todos o reconhecem como tal. O Sr. Otoni quer ser liberal, e não é senão um demagogo.²⁰

Outro articulista foi ainda mais incisivo na crítica ao denunciar os “aristocratas de uma presumida popularidade”, os “fidalgos de brasões republicanos”,

que imaginam “ao mais leve aceno, ao simples carregar do sombrolho, fazer tremer pela base o edifício social [...]”.²¹

Era esse suposto alargamento da popularidade, a presunção de Otoni em acordar a nação da apatia cívica, que identificava essa linguagem política. Mesmo fiel à conciliação proposta em 1831, quando diagnosticava a imaturidade dos brasileiros, Otoni nunca abdicou na teoria ou na prática do recurso à vontade da nação, à mobilização dos melhores instintos do povo. Claro, do povo bem entendido, da cidadania ainda em sentido clássico.

Esse empenho pelo entusiasmo político, pela participação mais direta do cidadão, da luta contra as razões de Estado e pelo alargamento da esfera pública, Otoni sempre identificou como um aprendizado das Minas, ainda do tempo em que os vereadores das câmaras coloniais exibiam orgulhosos suas prerrogativas e liberdades. Talvez aqui esteja também um dos limites mais evidentes desse liberalismo republicano mineiro, a tolerância pragmática com a escravidão, o temor da plebe e da violência sem rumo que ela sugeria, a dificuldade em tornar projeto político uma concepção moderna de liberdade que se afastasse da herança, colonial e antiga, da liberdade como um privilégio.²²

Mesmo em seus momentos de maior radicalidade, Teófilo Otoni não esteve disposto a romper com o pacto de 1831, com a idéia de uma lenta republicanização da monarquia. Essa persistência talvez justifique a contextualização mais ampla dessa linguagem política nos quadros do liberalismo, e, ao mesmo tempo, a diferenciação da linguagem republicana que emergirá com a fundação do novo partido. Assim como seu irmão Cristiano, Teófilo parece nunca ter perdido a crença de que o povo no Brasil ainda não estava preparado para um regime republicano.

Notas |

1. Sobre alguns aspectos teóricos e metodológicos desse deslocamento, ver ARAUJO, Valdei Lopes de. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade Ibérica. *Almanack Brasileiro*, n. 7, maio 2008.

2. A formulação desse tipo de questão como agenda de investigação historiográfica devemos a SKINNER, Quentin. *Visions of politics: regarding method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, *passim*; e POCOCK, John G. A. O estado da arte. In: _____. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 23-62.

3. OTTONI, Teófilo Benedito. *Circular dedicada aos Srs. eleitores mineiros de senadores pela Província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º. Distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura pelo ex-deputado...* 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil de M. Barreto Filho e Otaviano, 1860. p. 20.

4. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Brasília: Editora da UnB, 1981. p. 172; e FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994. p. 72-74. Ambos os autores, a partir de preocupações distintas das deste artigo, parecem apontar para o mesmo fenômeno de uma tradição política liberal especificamente mineira cujo nome central seria Teófilo Otoni.

5. Teófilo Benedito Otoni. *Circular dedicada aos Srs. eleitores mineiros...*, p. 20. Grifo nosso.

6. Sobre os conceitos histórico-sociais de movimento, ver KOSELLECK, Reinhart. Modernidade: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: _____. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC-Rio, 2006. p. 267-303.

7. Cf. KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In: _____. *Futuro passado*, p. 63. Ver também o artigo de FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. O conceito de república nos primeiros anos do Império: a semântica histórica como um campo de investigação das idéias políticas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 323-350, jan./dez. 2006.

8. Teófilo Benedito Otoni. *Circular dedicada aos Srs. eleitores mineiros...*, p. 18. Grifos nossos.

9. Para uma análise mais detida desse episódio, ver ARAUJO, Valdei Lopes de. O tribuno do povo e a estátua do herói. *Revista Dia-logos*, ano 2, n. 2, p. 133-157, 1998.

10. Veiculado primeiramente como panfleto na Corte, o artigo foi rapidamente transcrito pelos jornais liberais *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Atualidade*, ligados, respectivamente, aos nomes de Francisco Otaviano, Saldanha Marinho, Lafaiete Rodrigues, Pedro Luís e Flávio Farnese. Cf. CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Otoni*: ministro do povo. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978. p. 287.

11. OTTONI, Teófilo Benedito. *A estátua eqüestre*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862. p. 2.

12. *Jornal do Comércio*, 28 de março de 1862, p. 1. Comunicado, A estátua eqüestre I.

13. *Jornal do Comércio*, 30 de março de 1862, p. 1. Comunicado, A estátua eqüestre III.

14. *Jornal do Comércio*, 30 de março de 1862, p. 2. O protesto Otoni.

15. OTTONI. *A estátua eqüestre*, p. 3.

16. Entendo aqui por “historiografia monárquica” aquela produzida em torno da idéia da centralidade da dinastia bragantina em nosso processo de emancipação, entre os seus principais nomes podemos citar Luís Gonçalves dos Santos, José da Silva Lisboa, estrangeiros como Alphonse de Beauchamps e Angliviel La Beaumelle, e, na conjuntura tratada, o mais influente, Francisco Adolfo de Varnhagen.

17. OTTONI. *A estátua eqüestre*, p. 3.

18. Cf. OTTONI, Cristiano Benedito. *Autobiografia*. Brasília: Editora da UnB, 1983. p. 255.

19. Teófilo Benedito Otoni. *A estátua eqüestre*, p. 8. Na citada autobiografia, Cristiano Otoni deixa registrado que “Teófilo Otoni pai coligiu e comentou nos últimos 8 ou 9 anos de sua vida larga cópia de documentos e notas relativas ao segundo reinado; trabalho que continuou enquanto lhe permitiu o estado de sua saúde, e devia (era sua intenção) ser publicado postumamente por seu filho, que não sei se o fará”. Em nota, o próprio Cristiano informa que o material nunca chegou a ser publicado. O episódio, no entanto, bem como a própria autobiografia escrita ao calor dos acontecimentos, documenta essa necessidade de registrar a história como uma espécie de legado e juízo do tempo presente. Cf. OTTONI. *Autobiografia*, p. 121.

20. Cf. *Jornal do Comércio*, 04 de fevereiro de 1862, p. 1. Publicações a pedido, Carta: MG – Mar de Hespanha 26/01/62.

21. Cf. *Jornal do Comércio*, 7 de fevereiro de 1862, p. 1. Publicações a pedido, Vanglórias tribunícias.

22. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*: a formação do estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 142.

Valdei Lopes de Araujo é professor de teoria da história na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Organizou, com Andréa Lisly Gonçalves, o livro *Estado, região e sociedade: contribuições sobre história social e política*. Além de vários artigos sobre a trajetória política de Teófilo Otoni, recentemente editou uma coletânea de documentos intitulada *Teófilo Benedito Otoni e a Companhia do Mucury: a modernidade possível*. Este artigo é fruto de sua participação no projeto *Dimensões da Cidadania*, financiado pelo Pronex/Faperj, sob a coordenação do professor José Murilo de Carvalho.